

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 28.04.2025

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 28.04.2025

ÍNDICE:

I. APRECIÇÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	4
II. DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	4
III. DELIBERAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.....	4
IV. ELEIÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	5
V. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025	5
ANEXO A – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	7
ANEXO B – CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES.....	36
ANEXO C – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	46

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da **General Shopping e Outlets do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar, Conjunto 241, Cerqueira César, CEP 01228-200, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 08.764.621/0001-53, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” (“Companhia”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81/22”), vem apresentar a V.Sas. a presente proposta da administração (“Proposta”), contendo as suas recomendações acerca das matérias incluídas na ordem do dia da assembleia geral ordinária da Companhia convocada para o dia 28 de abril de 2025, às 08:00, a ser realizada de forma presencial na sede social da Companhia (“AGO”).

I. APRECIACÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

As Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, foram enviados à CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website <https://ri.generalshopping.com.br/>.

Os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia, exigidos no artigo 10, inciso III, da RCVM 81/22, constam do Anexo A desta proposta.

A Administração recomenda à AGO, com base no Relatório dos Auditores Independentes, a aprovação integral das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

II. DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Os administradores da Companhia propõem a destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 815.267.860,83 (oitocentos e quinze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e três centavos), para a absorção à conta de Prejuízos Acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei das S.A.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo artigo 10, parágrafo único, inciso II, da RCVM 81/22 não são apresentadas na presente Proposta em razão de a Companhia ter apurado prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

III. DELIBERAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Em atenção ao disposto no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe a aprovação de 8 (oito) assentos no Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

IV. ELEIÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Em observância à Lei das S.A. e à Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022 (“RCVM 70/22”), o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do sistema de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. Conforme determina o artigo 141, § 1º, da Lei das S.A., a requisição do processo de voto múltiplo deverá ser enviada à Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO. Uma vez adotado o processo de voto múltiplo, os votos proferidos por acionistas que, via boletim de voto à distância, tenham optado por “abster-se” no item de distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, serão considerados como abstenção na respectiva deliberação da assembleia, de modo que os votos de tais acionistas não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, esses acionistas não participarão da eleição dos membros do conselho de administração.

A administração da Companhia indicou os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:

Nome
Alessandro Poli Veronezi
Alexandre Lopes Dias
Antonio Dias Neto
Augusto Marques da Cruz Filho ⁽¹⁾
Edgard Antonio Pereira ⁽¹⁾
Júlio Sérgio Gomes de Almeida
Luiz Augusto de Carvalho Certain
Ricardo Castro da Silva

⁽¹⁾ Atendem aos critérios de independência estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3.

A administração propõe à AGO a eleição por chapa dos candidatos indicados acima para compor o Conselho de Administração.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da RCVM 81, as informações relativas à experiência profissional e independência dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo B desta Proposta.

V. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Com relação ao exercício social de 2025, a Companhia propõe o montante global de até R\$13.330.000,00 (treze milhões e trezentos e trinta mil reais) para a remuneração de seus administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, sendo (i) R\$13.006.000,00 (treze milhões e seis mil reais) para o Conselho de Administração e a Diretoria; e (ii) R\$324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais) para o Conselho Fiscal.

O valor proposto inclui salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável (que considera também a parcela de remuneração baseada em ações), cabendo ao Conselho de Administração a distribuição dessa verba entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, em reunião do Conselho de Administração a ser oportunamente convocada.

Caso a instalação do Conselho Fiscal da Companhia seja requerida pelos acionistas da Companhia, a remuneração de seus membros não será inferior, para cada membro, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

As informações sobre a remuneração global anual dos administradores requeridas no artigo 13, inciso II, da RCVM 81/22, encontram-se disponíveis para consulta no Anexo C a esta proposta.

São Paulo, 26 de março de 2025.

ALESSANDRO POLI VERONEZI
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO A – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(conforme item 2 do formulário de referência da RCV 80/22)

2.1 Comentários dos Diretores sobre:

Os valores a seguir são indicadores em milhares de reais, a não ser quando indicados em contrário.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

b. Estrutura de capital

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do nosso endividamento, nossos financiamentos, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

O Capital circulante líquido consolidado em 31 de dezembro de 2024 era positivo em R\$ 25 milhões. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, combinado com a gestão eficiente dos resultados e do balanço devem garantir sua sustentabilidade e demonstram os elementos necessários para a continuidade da operação.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossas principais fontes de liquidez e capital derivam de nossas operações contínuas, particularmente os recebimentos provenientes de nossos contratos de locação e das taxas de administração.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita dispor de fontes de financiamento operações de CCIs, limites de créditos junto a instituições financeiras locais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	% – Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos					
Títulos de crédito perpétuo (a)	US\$	10%	-	615.340	480.957
Títulos de crédito perpétuo (b)	US\$	13%	-	1.667.606	1.220.722
Bônus de dívida (b)	US\$	10%/12%	2026	57.403	44.867
Banco Itaú BBA (d)	R\$	9,7%+TR	2032	61.830	68.094
Banco Nordeste do Brasil (c)	R\$	3,53%	2025	1.140	3.416
Total				2.403.319	1.818.056
Passivo circulante				21.505	19.404
Passivo não circulante				2.381.814	1.798.652

- a) Em 09 de novembro de 2010, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 200.000, correspondente a R\$ 339.400, na data da captação.

Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. De acordo com o prospecto de emissão de títulos perpétuos, os recursos captados são destinados à liquidação antecipada dos CCI e ao investimento em “greenfields” e expansões. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 11.483, e o custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 19 de abril de 2011, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 50.000, correspondente a R\$ 78.960, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 758, e o custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 27 de outubro de 2015, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 85.839, correspondente a R\$ 335.750 na data da recompra.

Em 8 de agosto de 2018, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 48.297, correspondente a R\$ 181.206 na data da recompra.

Em 03 de fevereiro de 2022, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 18.286, correspondente a R\$ 96.962 na data da recompra.

- b) Em 20 de março de 2012, a controlada GS Investments Limited captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 150.000, correspondente a R\$ 271.530 na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com juros de 12% ao ano pagos semestralmente até o 5º ano da data de emissão, após o 5º ano até o 10º ano da data de emissão, 5 Year US Treasury mais 11,052 % ao ano, pagos semestralmente, e do 10º ano em diante, USD LIBOR de três meses mais 10,808 % e 1%, pagos trimestralmente. A emissora poderá diferir os juros indefinidamente e sobre os valores diferidos incidirão juros à taxa aplicável indicada anteriormente, acrescidos de 1% ao ano. A GS Investments

Limited poderá resgatar os títulos a seu critério, total ou parcialmente, no 5º ano contado da data de emissão, no 10º ano contado da data de emissão e em cada data de pagamento de juros após essa data. Os títulos terão garantia os avais da General Shopping e das seguintes subsidiárias: General Shopping e Outlets do Brasil S.A., Ast Administradora e Incorporadora Ltda., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Bud Administradora e Incorporadora Ltda., Cly Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Levian), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda., Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Securis), I Park Estacionamentos Ltda., Levian Participações e Empreendimentos S.A., Lux Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (Incorporada na Levian), MAI Administradora e Incorporadora Ltda., Manzanha Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda., Pol Administradora e Incorporadora Ltda., Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda., PP Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Securis), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Sale Empreendimentos e Participações Ltda., Securis Administradora e Incorporadora S.A., Send Empreendimentos e Participações Ltda., Sulishopping Empreendimentos Ltda (incorporada na Securis), Uniplaza Empreendimentos, Participações e Administração de Centros de Compra Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda., Vul Administradora e Incorporadora Ltda., e Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 12.581.

Não existem “covenants” financeiros nas operações de emissão de bônus perpétuos. Os “covenants” definidos referem-se à: (i) limitação de gravames aos ativos (exceto os gravames permitidos, incluindo os financiamentos BNDES, os refinanciamentos de operações existentes e certas securitizações, entre outros), devendo manter a proporção de ativos não gravados/ dívida não securitizada em condições “pari pasu” as condições dadas a ativos gravados/ dívida securitizada; (ii) limitação das operações de venda e “lease-back” aos ativos atuais com prazo superior a três anos, nas mesmas condições de (i) anterior e (iii) limitação de transações com afiliadas, incorporação, fusão ou transferência de ativos.

Em 10 de Agosto de 2016, foi liquidado no âmbito de oferta de permuta o valor de US\$ 34.413 mil. Para tal operação, foram emitidos novos Bonds Perpétuos de dívida sênior no valor de US 8.923 mil com garantia e vencimento em 2026 (10%/12% Senior Secured PIK Toggle Notes due 2016) e 34.413 Global Depositary Share (GDS) como lastro de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 73 ações ordinárias para cada 1 GDS, totalizando 2.512.149 ações ordinárias. Os Bonds Perpétuos que foram permutados no âmbito da Oferta de Permuta foram cancelados.

- c) A controlada Vanti recebida como parte da liquidação de debêntures, mantinha como empréstimo captação de recursos por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A, foi liberado em 13 de novembro de 2013 o valor de R\$ 15.344, em 30 de dezembro de 2013 foi liberado o valor de R\$ 7.942 e em 19 de agosto de 2016 foi liberado o valor de R\$ 1.910, totalizando o montante de R\$ 25.196 à taxa de 3,53% de juros ao ano. O prazo do contrato é de 139 meses.
- d) Em 21 de março de 2023, foram liberados R\$ 70.000 para a empresa Loa Administradora e Incorporadora Ltda. captados por meio de operação debêntures, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, esta operação foi efetuada pelo Banco Itaú BBA S.A, a taxa de 9,70% a.a. + TR e tem prazo de 118 meses, sendo 10 meses de carência e 108 meses de amortização.

CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

	Moeda	% – Taxa	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Empresas controladas					
Levian (a)	R\$	9,7% + TR	2026	44.702	65.138
Vanti (b)	R\$	8,36% + IPCA	2027	23.700	33.131
Loa (c)	R\$	8,35% + IPCA	2032	28.192	28.928
Bavi (d)	R\$	8,35% + IPCA	2032	37.590	38.566
				134.184	165.763
Passivo circulante				40.938	35.872
Passivo não circulante				93.246	129.891

- (a) Em 26 de março de 2014, a controlada Eler Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Levian em 2018), efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCIs, para a securitização dos recebíveis de aluguéis do imóvel onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center. O valor total das CCIs emitidas é de R\$ 275.000. O montante captado será pago em 144 parcelas mensais (até abril de 2026), acrescidas de juros de 9,7% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$ 201.829; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato e (iii) alienação fiduciária de ações e cotas das subsidiárias Nova União e Eler. Os custos de captação de R\$ 10.706 das CCIs foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 144 parcelas de forma linear. Em 01 de agosto de 2014 o Itaú Unibanco cedeu as CCIs para a Ápice Securitizadora. Em 08 de Outubro de 2018 essa operação foi parcialmente liquidada no valor de R\$ 150.000. Em 31 de setembro de 2018 essa operação tinha uma garantia adicional, depositada em conta vinculada, resgatada em 23 de março de 2020.
- (b) A controlada Vanti recebida como parte da liquidação das debêntures, mantinha captação de recursos em 13 de janeiro de 2015, contratada pela controlada e incorporada Ers Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Ápice Securitizadora, no valor de R\$ 75.000, com taxa de 10% ao ano + TR. Esta operação tem prazo de 145 meses.
- (c) Em 21 de dezembro de 2022, a controlada Loa emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de R\$ 30.000, a Securitizadora subscreveu e integralizará a totalidade das Debêntures Privadas Loa, passando a ser titular dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures Privadas Loa, com taxa de 8,3467% + IPCA, foram liberados R\$ 4.286, no dia 13/06/2023, data da integralização, o preço de integralização correspondeu ao Valor Nominal Unitário dos CRI, após a primeira Data de Integralização, o preço de integralização corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração dos CRI, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou desde a última Data de Pagamento até a data da efetiva integralização dos CRI, nos termos deste Termo de Securitização, até a data do dia 31/12/2023, foi liberado o valor total.
- (d) Em 21 de dezembro de 2022, a controlada Bavi emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de R\$ 40.000, a Securitizadora subscreveu e integralizará a totalidade das Debêntures Privadas Bavi, passando a ser titular dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures Privadas Bavi, com taxa de 8,3572% + IPCA, foram liberados R\$ 5.714, no dia 13/06/2023, data da integralização, o preço de integralização correspondeu ao Valor Nominal Unitário dos CRI, após a primeira Data de Integralização, o preço de integralização corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado

acrescido da Remuneração dos CRI, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de Integralização ou desde a última Data de Pagamento até a data da efetiva integralização dos CRI, nos termos deste Termo de Securitização, até a data do dia 31/12/2023, foi liberado o valor total.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As operações de Bônus de Dívida Perpetuo são subordinadas às demais operações.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem “covenants” financeiros na operação. Os “covenants” definidos referem-se à: (i) limitação de gravames aos ativos (exceto os gravames permitidos, incluindo-se financiamentos BNDES, refinanciamentos de operações existentes e certas securitizações, entre outros) devendo-se manter a proporção de ativos não gravados/dívida não securitizada em condições “pari pasu” as condições dadas a ativos gravados/dívida securitizada; (ii) limitação a operações de “venda e lease-back” dos ativos atuais com prazo superior a três anos, nas mesmas condições de (i) acima; e (iii) limitação de transações com afiliadas, incorporação, fusão ou transferência de ativos. Ainda, existem determinadas cláusulas de vencimento antecipado em certas operações em caso de transferência de controle da Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável à Companhia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ mil) – consolidado	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>				<u>Variação 2024 x 2023</u>	
	<u>2024</u>	<u>% Receita</u>	<u>2023</u>	<u>% Receita</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
RECEITA BRUTA						
De aluguéis	70.048	38,8%	72.083	44,9%	-2.035	-2,8%
De serviços	134.275	74,4%	115.634	72,0%	18.641	16,1%
Total Receita Bruta	204.323	113,2%	187.717	116,8%	16.606	8,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA						
Impostos, descontos e cancelamentos	-23.831	-13,2%	-27.010	-16,8%	3.179	-11,8%
RECEITA LÍQUIDA	180.492	100,0%	160.707	100,0%	19.785	12,3%

Custos dos aluguéis e serviços	-58.832	-32,6%	-50.007	-31,1%	-8.825	17,6%
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	121.660	67,4%	110.700	68,9%	10.960	9,9%
Gerais e Administrativas	-67.245	-37,3%	-65.631	-40,8%	-1.614	2,5%
Outras receitas e despesas operacionais	-154.190	-85,4%	6.826	4,2%	-161.016	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-99.775	-55,3%	51.895	32,3%	-151.670	-
RESULTADO FINANCEIRO	-706.052	-391,2%	-46.671	-29,0%	-659.381	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-805.827	-446,5%	5.224	3,3%	-811.051	0,0%
Imposto de renda e contribuição social	-9.441	-5,2%	87.941	54,7%	-97.382	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-815.268	-451,7%	93.165	58,0%	-908.433	-

Receita bruta de aluguéis e serviços

Receita bruta de aluguéis - A receita de aluguéis diminuiu R\$ 2,0 milhão, ou 2,8%, passando de R\$ 72,1 milhões no exercício de 2023 para R\$ 70,0 milhões no exercício de 2024, em decorrência principalmente da variação das seguintes contas:

A receita advinda de Aluguel de Espaço Comercial diminuiu R\$ 2,6 milhões, ou 4,1%, passando de R\$ 63,2 milhões no exercício de 2023 para R\$ 60,6 milhões no exercício de 2024. O principal fator que contribuiu para esta redução foi principalmente a alienação de participação do Parque Shopping Barueri, parcialmente compensado pelas inaugurações do Outlet Premium Imigrantes e da expansão do Outlet Premium São Paulo.

Receita bruta de serviços - A receita de prestação de serviços aumentou R\$ 18,6 milhões, ou 16,1%, passando de R\$ 115,6 milhões no exercício de 2023 para R\$ 134,3 milhões no exercício de 2024, em decorrência principalmente da variação das seguintes contas:

A receita advinda da administração de estacionamento aumentou R\$ 10,1 milhões, ou 15,9%, passando de R\$ 63,4 milhões no exercício de 2023 para R\$ 73,5 milhões no exercício de 2024. Os principais fatores que contribuíram para este acréscimo foram o aumento do fluxo de veículos e os reajustes das tarifas.

Receita bruta - A receita bruta aumentou R\$ 16,6 milhões, ou 8,8%, passando de R\$ 187,7 milhões no exercício de 2023 para R\$ 204,3 milhões no exercício de 2024.

Deduções - As deduções da receita diminuíram R\$ 3,2 milhão, ou 11,8%, passando de R\$ 27,0 milhões no exercício de 2023 para R\$ 23,8 milhões no exercício de 2024, em decorrência principalmente da redução dos descontos/cancelamentos.

Receita Líquida - Em decorrência do acima exposto, a receita líquida aumentou R\$ 19,8 milhões, ou 12,3%, passando de R\$ 160,7 milhões no exercício de 2023 para R\$ 180,5 milhões no exercício de 2024.

Custo dos aluguéis e serviços prestados.

Conforme detalhado abaixo, o custo dos aluguéis e serviços prestados aumentou R\$ 8,8 milhões, ou 17,6%, passando de R\$ 50,0 milhões em 2023 para R\$ 58,8 milhões no exercício de 2024. A tabela abaixo apresenta nosso custo de aluguéis e serviços prestados durante esse período.

Total do Custo dos Aluguéis e dos Serviços Prestados	Exercício findo em 31 de dezembro de				Variação	
	<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>					
<i>Custo Por Natureza</i>	2024	AV %	2023	AV %	Valor	%
Pessoal	5.308	9,0%	5.019	10,0%	289	5,8%
Depreciação	746	1,3%	721	1,4%	25	3,5%
Ocupação	35.958	61,1%	28.560	57,2%	7.398	25,9%
Serviços de Terceiros	16.820	28,6%	15.707	31,4%	1.113	7,1%
Total do Custo dos Aluguéis e dos Serviços Prestados	58.832	100,0%	50.007	100,0%	8.825	17,6%

O acréscimo em nossos custos de aluguéis e serviços prestados resultou das seguintes alterações:

Pessoal - Os custos com pessoal aumentaram R\$ 0,3 milhão, ou 5,8%, passando de R\$ 5,0 milhões no exercício de 2023 para R\$ 5,3 milhões no exercício de 2024. O principal fator que contribuiu para este acréscimo está relacionado aos ajustes efetuados em nossas operações.

Custo de ocupação - Os custos de ocupação aumentaram R\$ 7,4 milhões, ou 25,9%, passando de R\$ 28,6 milhões no exercício de 2023 para R\$ 36,0 milhões no exercício de 2024, devido aos fatores já citados acima.

Serviços de terceiros - Os custos com serviços de terceiros aumentaram R\$ 1,1 milhões, ou 7,1%, passando de R\$ 15,7 milhões no exercício de 2023 para R\$ 16,8 milhões no exercício de 2024, devido aos fatores já citados acima.

Lucro bruto

Em decorrência do acima exposto, o lucro bruto aumentou R\$ 11,0 milhões, ou 9,9%, passando de R\$ 110,7 milhões no exercício de 2023 para R\$ 121,7 milhões no exercício de 2024.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 1,5 milhão, ou 2,5%, passando de R\$ 65,6 milhões no exercício de 2023 para R\$ 67,1 milhões no exercício de 2024, principalmente decorrentes do acréscimo (i) da publicidade e propaganda, (ii) da comercialização, (iii) das não recorrentes, (iv) da PCLD e (v) das despesas com serviços de terceiros, parcialmente compensado pelo decréscimo (vi) das outras despesas e (vii) das despesas com pessoal.

As outras receitas e despesas operacionais líquidas passou de R\$ 6,8 milhões no exercício de 2023 para R\$ 154,2 milhões negativo no exercício de 2024. As outras receitas operacionais são representadas principalmente por recuperações de custos e despesas pagas pela Companhia de responsabilidade dos condomínios e outras recuperações em geral. Além disso, neste item tivemos os ajustes não recorrentes de

avaliação ao valor justo (CPC 28), cuja variação foi negativa em R\$ 130,9 milhões, bem como todos os impactos citados acima.

Lucro operacional antes dos resultados financeiros

Em decorrência do acima exposto, o lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 51,9 milhões no exercício de 2023 para R\$ 99,8 milhões negativo no exercício de 2024.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido diminuiu R\$ 659,4 milhões, passando de R\$ 46,7 milhões negativo no exercício de 2023 para R\$ 706,1 milhões negativo no exercício de 2024. O principal fator que contribuiu para esse decréscimo foi a desvalorização do real frente ao dólar americano, que neste ano foi positiva em 27,9%, e no ano anterior negativo em 7,2%, que impactou principalmente pela variação sobre o principal de nosso bônus perpétuo, que não é um efeito caixa.

Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência do acima exposto, o resultado operacional foi de R\$ 5,2 milhões no exercício de 2023 para R\$ 805,8 milhões negativo no exercício de 2024, representando uma variação negativa de R\$ 811,1 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 87,9 milhões positivo no exercício de 2023 para R\$ 9,4 milhões negativo no exercício de 2024, representando uma variação negativo de R\$ 97,4 milhões.

Resultado líquido

Em decorrência do acima exposto, o resultado líquido da Companhia foi de R\$ 93,2 milhões positivo no exercício de 2023 para um resultado líquido de R\$ 815,3 milhões negativo no exercício de 2024, representando uma variação positiva de R\$ 908,4 milhões.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA (Contábil)

Comparação do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em R\$ mil

Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades:	31/12/2024	31/12/2023	Variação %
Atividades operacionais	(8.572)	(62.889)	-86,4%
Atividades de investimentos	105.272	(119.808)	-
Atividades de financiamentos	(44.237)	148.180	129,9%
	52.463	(34.517)	

Atividades Operacionais:

Na comparação entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o caixa líquido das atividades operacionais aumentou em 86,4%, no valor de R\$54.317.

Na comparação entre 2024 e 2023 o lucro líquido subtraindo os itens não monetários reduziu em R\$25.644, substancialmente devido aos menores ganhos com derivativos e os efeitos no resultado de 2023 decorrentes da adesão ao parcelamento de tributos.

Os ativos e passivos operacionais na comparação entre 2024 e 2023 tiveram aumento de R\$79.961, devido ao recebimento pela alienação de propriedades para investimento e pela baixa do tributos em 2023 por conta da adesão ao parcelamento de tributos.

Atividades de investimentos:

O caixa líquido proveniente das atividades de investimentos aumentou em 187,9% na comparação entre 31 de dezembro de 2024 e 2023, no valor correspondente a R\$225.080.

No exercício social de 2024 alienou investimentos no valor de R\$176.425 e os investimentos em propriedades para investimentos foram R\$46.846 inferiores ao ano anterior.

Atividades de financiamentos:

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos reduziu em 129,9% na comparação entre 2024 e 2023, no valor R\$192.417.

No exercício social de 2023, a Companhia captou recursos com empréstimos e CCI no valor de R\$137.102, em 2024 aumentou a liquidação dos empréstimos, financiamentos no valor de R\$12.471, bem como os efeitos entre liquidação e captação de parcelamentos de tributos no valor R\$24.923.

Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa:

Os fatores acima levaram a aumento na variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa entre os períodos de 2024 e 2023 no valor de R\$86.980.

Liquidez e recursos de capital

Fontes de capital

Nossas principais fontes de liquidez e capital derivam de nossas operações contínuas, particularmente os recebimentos provenientes de nossos contratos de locação com nossos locatários e taxas de administração, e provenientes de vendas de propriedades.

Destinação dos recursos de capital

Destinamos nossos recursos de capital principalmente para (i) investimentos em projetos greenfield, (ii) investimentos na expansão e melhoria de nossos shoppings center, (iii) aquisição de participações em shopping center, (iv) implantações de equipamentos para atividades de estacionamento, exploração,

tratamento de água e transformação e distribuição de energia nos shoppings centers e (v) amortização de empréstimos e financiamentos.

Endividamento

	Moeda	% – Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos					
Títulos de crédito perpétuo (a)	U\$	10%	-	615.340	480.957
Títulos de crédito perpétuo (b)	U\$	13%	-	1.667.606	1.220.722
Bônus de dívida (b)	U\$	10%/12%	2026	57.403	44.867
Banco Itaú BBA (d)	R\$	9,7%+TR	2032	61.830	68.094
Banco Nordeste do Brasil (c)	R\$	3,53%	2025	1.140	3.416
Total				2.403.319	1.818.056
Passivo circulante				21.505	19.404
Passivo não circulante				2.381.814	1.798.652

	Moeda	% – Taxa	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Empresas controladas					
Levian (a)	R\$	9,7% + TR	2026	44.702	65.138
Vanti (b)	R\$	8,36% + IPCA	2027	23.700	33.131
Loa (c)	R\$	8,35% + IPCA	2032	28.192	28.928
Bavi (d)	R\$	8,35% + IPCA	2032	37.590	38.566
				134.184	165.763
Passivo circulante				40.938	35.872
Passivo não circulante				93.246	129.891

Investimentos futuros

Para eventuais expansões técnicas e de infraestrutura nos shopping centers de nossa propriedade, bem como outras renovações nos diversos ativos, estimamos o investimento de aproximadamente até R\$ 30 milhões.

Operações não contabilizadas no balanço patrimonial

Não há.

Divulgações qualitativas e quantitativas relativas aos riscos de mercado

Estamos expostos aos riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Os riscos envolvem principalmente às possíveis variações nas taxas de juros, bem como aos riscos de variação de taxa de câmbio entre o dólar-americano e o real.

Desenvolvemos uma análise de sensibilidade que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- **cenário-base:** manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2024;
- **cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível em 31 de dezembro de 2024;
- **cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2024.

Premissas

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação da TR e do IPCA e de variação cambial em relação ao dólar norte-americano, os quais são base para atualização de parte substancial dos empréstimos, dos financiamentos, das CCIs e dos bônus perpétuos contratados. Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Elevação da taxa do IPCA	0,12%	0,15%	0,18%
Elevação da TJLP	0,60%	0,75%	0,90%
Elevação da DI	0,96%	1,20%	1,44%
Desvalorização do real diante do dólar norte-americano	10,00%	12,50%	15,00%

A exposição líquida em dólar norte-americano, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Sem efeito das operações de derivativos – 31/12/24
Empréstimos e financiamentos (Bonds Perpétuos)	R\$ 2.340.349
Partes relacionadas	R\$ 0
Caixa e equivalentes de caixa	-R\$ 318
Exposição líquida	R\$ 2.340.031

Operação	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da TR	Alta da TR	23.522	24.419	24.641
Contratos futuros de US\$ (**)	Alta do dólar	324.281	364.817	372.924

(*) Calculado sobre a exposição líquida da Companhia, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos.

Na tabela anterior estão demonstrados os efeitos dos juros e da variação dos indexadores até o vencimento do contrato.

Os juros dos bônus perpétuos são fixos. Dessa forma não foi efetuada a análise de sensibilidade.

Para a sensibilidade dos derivativos, a Sociedade adotou o que segue:

Análise de sensibilidade – derivativos

NDF de Dólar - baicão							
Nacional em US\$ mil	Preço Contratado	Preço em 31/12/2024	Valor Justo	Impacto na		Impacto na	
				-25%	-50%	-25%	-50%
				Ajuste		Valor Justo	
5.000	R\$ 6,2963 /US\$	R\$ 6,2859 /US\$	-60	-7.623	-15.246	-7.683	-15.306
5.000			-60	-7.623	-15.246	-7.683	-15.306

Futuro de Dólar - B3							
Nacional em US\$ mil	Preço Contratado	Preço em 31/12/2024	Valor Justo	Impacto na		Impacto na	
				-25%	-50%	-25%	-50%
				Ajuste		Valor Justo	
-2.600		R\$ 6,2197 /US\$	47	4.043	8.086	4.090	8.133
-2.600			47	4.043	8.086	4.090	8.133

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.2. Comentários dos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas da Companhia decorreram principalmente de serviços que presta aos *Shoppings Centers* dos quais administra ou detém participações, que são estrategicamente importantes para o seu negócio. Além disso, uma parcela menor da sua receita decorre de alugueres das lojas nos *Shoppings Centers* dos quais a Companhia é proprietária ou detém participações.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A maior parte da carteira de recebíveis da Companhia é atualizada pelo IGP-DI, sendo esse o principal indexador de sua receita bruta. Ressaltamos que a Companhia não possui receitas em moeda estrangeira.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

As principais taxas de indexação presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-DI, o IPCA, a TR, o TJLP e o Dólar: Um acréscimo ou decréscimo de um ponto percentual nos índices IGP-DI, IPCA, TJLP e TR no ano de 2023, não representaria uma variação significativa no resultado da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Já com relação ao Dólar de fechamento de 31/12/2023, a variação de 1% significaria um impacto no resultado de aproximadamente R\$ 17,5 milhões no resultado da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Ano 2024

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas práticas contábeis que tenha resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

- **As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 apresentaram os principais assuntos de auditoria (PPA), conforme segue:**

Ênfase:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

“Chamamos a atenção para a leitura das Notas Explicativas nºs 2.1.2. e 2.1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 815.268 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, naquela data, o patrimônio líquido da Companhia foi negativo em R\$ 1.533.916 mil. Conforme apresentado na nota acima referida, esses eventos ou condições, podem indicar a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, apesar de tais efeitos serem devidos principalmente a fatores não monetários e sem efeito caixa, ou seja, gerados em função do impacto da variação cambial sobre o principal da dívida perpétua da Companhia, que é indexada à moeda dólar, mas que seguindo as normas contábeis, tem a variação cambial registrada na rubrica de despesas financeiras no resultado do exercício,

mesmo sem efeito caixa ou sem caráter definitivo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Comentários dos Diretores:

A Companhia mantém monitoramento periódico sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital de giro. A Companhia acredita que não possui evidência de risco de continuidade operacional até o presente momento.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA):

“Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.”

“Mensuração do valor justo das propriedades para investimento

De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 9, a Companhia registra suas propriedades para investimentos ao valor justo suportada por laudo de avaliação elaborado por especialista externo e independente em relação à Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Companhia e suas controladas, era de R\$ 891.579 mil (Consolidado). A estimativa de valor justo das propriedades para investimentos foi determinada levando em consideração diversas premissas, tais como: projeções de crescimento das receitas, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, taxas de vacância, inadimplência e perpetuidade entre outras premissas.

Esse tema foi considerado um Procedimento Adicional de Auditoria (PAA) devido à relevância dos valores das propriedades para investimentos registrados pela Companhia, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pelos especialistas externos contratado pela Companhia;*
- Avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e das premissas e metodologia aplicadas na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, vacância, ABL e projeções de fluxo de caixa, entre outros, e comparando com informações externas de mercado.*

- *Testamos os cálculos matemáticos do valor justo para determinadas propriedades para investimento;*

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos laudos de avaliação a valor justo preparados por especialistas terceiros da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações a valor justo preparados pelos especialistas terceiros da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.”

Comentários dos Diretores:

O valor justo de cada propriedade para investimento em operação foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis). A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento a valor justo é a preceituada pelo The Royal Institution of Chartered Surveyors (R.I.C.S.), da Grã-Bretanha, e pelo Appraisal Institute, dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises.

Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento.

Para as avaliações, realizadas em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir a existir nesse período. A taxa média ponderada de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 9,8% e a taxa média de capitalização (perpetuidade) adotada no 10º ano do fluxo foi de 8,4%.

“Estimativa – Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 4, a Companhia registra sua provisão para Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia envolvendo, entre outros: a) a capacidade de pagamento dos clientes; b) a existência de garantias reais, bem como seus valores justos; c) o histórico de perda da carteira de clientes; e d) cumprimento das renegociações realizadas.

Esse tema foi considerado um Procedimento Adicional de Auditoria (PAA) devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo para fins do registro da PECLD tendo em vista a atual situação econômica do Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- *Entendimento e testes dos controles gerais relevantes sobre Tecnologia da Informação relacionados a gestão de mudanças, acessos e operações, bem como realizamos o entendimento e testes de detalhes de transações relevantes referente ao processo de Provisões para Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa;*
- *Realizamos testes de integridade da base de dados utilizada para mensuração e registro da provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa por meio do exame documental para uma amostra selecionada;*
- *Recalculamos o modelo utilizado e desafiamos as premissas relevantes utilizadas pela Administração da Companhia para mensurar a PECLD, tais como idade em atraso dos títulos vencidos e valores estimados de realização das garantias, potencial perda para clientes que não possuem títulos em atraso, a análise da capacidade financeira de pagamento dos clientes.*

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a estimativa utilizada para a provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa da Companhia é aceitável para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.”

Comentários dos Diretores:

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor contábil das contas a receber. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das modalidades de cobrança (aluguéis, serviços e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito, a análise dos créditos vencidos há mais de 180 dias e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. A carteira de clientes que não foi provisionada refere-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.5 - Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

	Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
	2022	2023	2024
	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>
	<i>(em milhões de reais)</i>		
NOI (A)	109,4	111,4	122,4
EBITDA (B)	51,0	54,0	-97,5
EBITDA AJUSTADO (C)	64,1	64,6	70,7
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO (D)	-69,2	107,4	-589,8
FFO (E)	-83,7	95,3	-813,1
FFO AJUSTADO (F)	-66,2	109,4	-587,5

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
	2022	2023	2024
	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>
	<i>(em milhões de reais)</i>		
RECEITA LÍQUIDA	154,1	160,7	180,5
(-) CUSTOS DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS	46,1	50,0	58,8
(+) CUSTOS DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1,4	0,7	0,7
NOI (A)	109,4	111,4	122,4
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	60,1	58,8	221,4
(+) DESPESAS DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1,7	1,4	1,5
EBITDA (B)	51,0	54,0	-97,5
(+) DESPESAS NÃO RECORRENTES	13,1	10,6	168,2
EBITDA AJUSTADO (C)	64,1	64,6	70,7

	Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
	2022	2023	2024
	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>
	<i>(em milhões de reais)</i>		
RESULTADO LÍQUIDO	-86,8	93,2	-815,3
(+) CUSTOS DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1,4	0,7	0,7
(+) DESPESAS DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1,7	1,4	1,5
FFO (E)	-83,7	95,3	-813,1

	Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
	2022	2023	2024
	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>	<i>consolidado</i>
	<i>(em milhões de reais)</i>		
RESULTADO LÍQUIDO	-86,8	93,2	-815,3
(+) DESPESAS NÃO RECORRENTES	17,6	14,2	225,5
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO (D)	-69,2	107,4	-589,8
(+) CUSTOS DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1,4	0,7	0,7
(+) DESPESAS DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1,7	1,4	1,5
FFO AJUSTADO (F)	-66,2	109,4	-587,5

- c. **explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

NOI

O NOI (Net Operating Income) pode ser calculado utilizando a receita líquida menos os custos dos alugueis e serviços, mais os custos de depreciação e amortização.

O NOI não é calculado utilizando-se uma metodologia padrão e pode não ser comparável às definições ou medidas similares utilizadas por outras companhias.

Acreditamos que nosso NOI fornece uma indicação de nosso desempenho operacional, o qual não é afetado pelas variações das taxas de juros, variações nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, ou despesas operacionais.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA pode ser calculado utilizando a receita líquida diminuída pelos custos dos alugueis e serviços, menos as despesas operacionais, acrescido dos custos e despesas de depreciação e amortização. Para o cálculo do EBITDA ajustado, devemos utilizar o EBITDA acrescido das despesas não recorrentes.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, US GAAP ou IFRS, e também não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido como uma medida de desempenho operacional, ou como alternativas aos fluxos de caixa operacionais ou uma medida de liquidez. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são calculados utilizando-se uma metodologia padrão e não devem ser comparados à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado ou medidas similares utilizadas por outras companhias.

Acreditamos que nosso EBITDA e nosso EBITDA Ajustado fornecem uma indicação de nosso desempenho econômico geral, o qual não é afetado pelas variações das taxas de juros, variações nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social, ou depreciação e amortização.

Adicionalmente, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são ferramentas importantes para comparar periodicamente nosso desempenho operacional, sendo também utilizados em determinadas decisões administrativas.

Resultado Líquido Ajustado

O Resultado Líquido Ajustado é o Resultado Líquido acrescido das despesas não recorrentes.

FFO e FFO Ajustado

FFO (Funds From Operations) pode ser calculado utilizando o resultado líquido acrescido dos custos e despesas com depreciação e amortização. FFO Ajustado significa o resultado líquido ajustado acrescido dos custos e despesas com depreciação e amortização.

O FFO e o FFO Ajustado não representam uma medida do desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, US GAAP ou IFRS e não devem ser consideradas como alternativas ao resultado líquido como uma medida do desempenho operacional, ou como alternativas aos fluxos de caixa operacionais ou como uma medida de liquidez.

O FFO e o FFO Ajustado não são calculados utilizando-se uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições ou medidas similares utilizadas por outras companhias.

Acreditamos que o FFO e o FFO Ajustado são ferramentas importantes para comparar periodicamente nosso desempenho operacional, utilizados também para determinadas decisões administrativas.

Adicionalmente, acreditamos que o FFO e o FFO Ajustado são medidas utilizadas constantemente pelos investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar as companhias.

2.6 - Eventos subsequentes às DFs

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

2.7 - Política de destinação de resultados

	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Assembleia geral poderá deliberar sobre a retenção de lucros. O Estatuto Social da Companhia prevê que, do saldo do lucro líquido do exercício, serão aplicados (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja o limite de 20% (vinte por cento) do valor do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a parcela remanescente do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da “reserva para efetivação de novos investimentos”, observado o disposto no artigo 194 Lei das Sociedades por Ações até que seu montante atinja o limite de 100% (cem por cento) do valor do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 incorreu em prejuízo no valor R\$815.268 mil.</p>
a.i.i. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia incorreu em prejuízo no valor de R\$815.268 mil.</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>A Companhia distribuirá aos seus acionistas, como dividendo obrigatório, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, acrescido ou diminuído dos valores previstos nos incisos I, II e III da Lei das Sociedades por Ações.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Anual. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais em qualquer época do ano, sempre que julgar conveniente, inclusive para os fins de distribuição antecipada de lucros, observado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social. Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar juros sobre capital próprio e imputar referidos juros como valor parcial ou total do dividendo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei,</p>

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

d. Restrições à distribuição de dividendos	Em razão de determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia, há restrição para distribuição de dividendos caso a Companhia realize o diferimento do pagamento de juros, ficando neste caso limitado a distribuição mínima obrigatória prevista na legislação brasileira.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não temos nenhum ativo ou passivo que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as nossas participações e/ou relacionamentos em/com nossas subsidiárias encontram-se registrados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que não há outros itens que não estejam evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Para eventuais expansões técnicas e de infraestrutura nos shopping centers de nossa propriedade, bem como outras renovações nos diversos ativos, estimamos o investimento de aproximadamente até R\$ 30 milhões.

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia teve as seguintes alterações em seu portfólio:
 - Em 27 de março de 2024 a Companhia alienou a fração ideal de 31,2% do Parque Shopping Barueri.
 - Em 12 de abril de 2024 foi inaugurado o Outlet Premium Imigrantes, localizado na Estrada da Cama Patente, nº 2.185, saída do Km 23 da Rodovia dos Imigrantes, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo. Possui aproximadamente 900 vagas de estacionamento, 79 lojas e área bruta locável (ABL) total de 17.717 metros quadrados nessa primeira fase de operação, no qual a Companhia detém participação de 50%.
 - Em 03 de outubro de 2024 a Companhia alienou a fração ideal de 10,4% do Parque Shopping Barueri.
 - Durante o exercício social a Companhia investiu em modernização e ampliação das propriedades para investimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Vide item 2.10(a)., acima.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

Não aplicável. Quanto aos projetos em desenvolvimento já foram citados no item 2.10(a), acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens acima.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

ANEXO B – CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES*(conforme itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência da RCVM 80/22)*

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
7.3 (b) Data de Nascimento	10/06/1972	18/11/1973	25/02/1972	26/08/1946	23/12/1964	03/03/1959	16/10/1952	16/04/1952
7.3 (c) Profissão	Administrador	Administrador	Arquiteto	Administrador	Economista	Economista	Economista	Economista
7.3 (d) CPF	153.188.398-27	176.904.088-93	176.904.078-11	023.619.068-72	034.963.198-01	024.674.808-79	688.369.968-68	359.501.617-34
7.3 (e) Cargo eletivo a ser ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração
7.3 (f) Data prevista para eleição	28/04/2025	28/04/2025	28/04/2025	28/04/2025	28/04/2025	28/04/2025	28/04/2025	28/04/2025
7.3 (g) Data prevista para posse	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025	Até 28/05/2025
7.3 (h) Prazo do mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
7.3 (i) Candidato foi indicado pelo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
controlador								
7.3 (j) Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
7.3 (k) Data de início do primeiro mandato consecutivo	31/05/2007	21/05/2019	31/05/2007	01/07/2011	01/07/2011	31/05/2007	13/05/2015	09/05/2019
7.3 (l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii)	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo	Ver item 7.3 (l) abaixo

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor								
7.3 (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação	de Seguros Privados e a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Também declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
	aplicável.	aplicável.	aplicável.	aplicável.	aplicável.	aplicável.	aplicável.	aplicável.
7.4 Indicar se é membro de algum comitê estatutário ou de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos e (a) outros candidatos ou administradores da Companhia; (b) administradores de	Não aplicável	O Sr. Alexandre Lopes Dias é irmão de Antonio Dias Neto, membro do Conselho de Administração da Companhia	O Sr. Antonio Dias Neto é irmão de Alexandre Lopes Dias, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.								
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em	Não aplicável	Não aplicável	O escritório de arquitetura de que Antonio Dias Neto é sócio pode prestar serviços de arquitetura a nossos Shopping Centers	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.*Companhia Aberta*

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

7.3 (a) Nome	ALESSANDRO POLI VERONEZI	ALEXANDRE LOPES DIAS	ANTONIO DIAS NETO	LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN	RICARDO CASTRO DA SILVA	EDGARD ANTONIO PEREIRA	AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO	JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.								

7.3 (l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) em sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

ALESSANDRO POLI VERONEZI

Graduado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo em 1992, com Especialização em Administração Financeira pela EAESP/FGV – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo - 1993, Especialização em Administração Geral EAESP/FGV – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – 1993, Especialização em Educação (Lato Sensu) pela UNG em 1997, EMBA – Master in Business Administration em 1998 pela University of Canadá / BSP, Mestrado em Ciências Sociais / Educação (Stricto Sensu) pela UNG em 1998. Desde 2007 é membro do Conselho de Administração da Companhia e atualmente é Presidente do mesmo; entre 2007 e 2015 foi Diretor de Relações com Investidores da Companhia; nos anos de 1998 até 2007 foi Diretor Financeiro da Levian Participações e Empreendimentos; e entre 1995 e 1999 foi Diretor Executivo da Cotação DTVM S/A.

ANTONIO DIAS NETO

Graduado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Guarulhos, São Paulo, em 1995. Especialização em Teoria e Projeto na Restauração de Edifícios e Sítios Históricos pela Universidade Mackenzie, em 1999. Desde 1996 é Professor das disciplinas de Projeto e Planejamento Urbano na UNIBAN- Universidade Bandeirante de São Paulo e na FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas; desde 1996 atua como arquiteto em escritório próprio. É Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2007.

LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO CERTAIN

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie em 1971 e Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie em 1975. Nos anos de 2004 a 2007 foi Dir. De Distribuição da Sucos Del Valle do Brasil Ltda; entre 1997 e 2004 foi Sócio Proprietário de LA Certain Consultoria S/C Ltda; nos anos de 1973 a 1979 e 1984 a 1997 - Banco Noroeste S/A (Banco Santander Brasil S/A) Diretor Comercial Superintendente de Agencias Ger. Geral de Planejamento Econômico-Financeiro Ger. Geral do Corporate Bank Ger. Geral do Banco de Investimentos Ger. de CDC e Repasses Governamentais; Dir. Superintendente da Polimaq Engenharia Ind. e Comercio entre 1979 e 1984; nos anos de 1966 a 1973 foi Ger. Operações e Rapasses Governamentais do Banco de Investimento Cofibens S/A. É Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2011.

RICARDO CASTRO DA SILVA

Graduado em Economia pelo IMES, 1986. Financial Management Program GE em 1989. MBA em Finanças pelo IBMEC-SP, em 1995. Entre 1986 e 1990 foi

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

Gerente de Contabilidade na GE; entre 1990 e 1992 foi Gerente de Planejamento Financeiro na Ford New Holland; sendo nos anos de 1992 a 1994 Gerente Financeiro na Sterling Software; nos anos de 1994 a 1997, Diretor de Fusões e Aquisições do Banco Multiplic; entre 1997 e 2003 foi Diretor Financeiro da Central Lav lavanderias; do ano de 2003 a 2007 foi Diretor Financeiro da APEC - Associação Paulista de Educação e Cultura; e pelo período de 2007 a 2011 foi Diretor Financeiro da Companhia. É Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2011.

EDGARD ANTONIO PEREIRA

Graduado em Economia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Mestre em economia pelo Instituto de Economia Industrial do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1985. Doutor em economia pelo Instituto de Economia Industrial do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996. Desde 2007 é Membro do Conselho de Administração da Companhia. Desde 1983 é Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em 1995 foi Visiting Scholar – Research Associate no departamento de economia da Universidade da Califórnia, Berkeley. No ano de 1994 foi Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas. Em 1993 foi Diretor Financeiro do Instituto de Previdência da Prefeitura Municipal de Campinas. Entre 1990 e 1991 foi Secretário de Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Em 1990 foi Diretor de Abastecimento e Preços da Secretaria Nacional de Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Nos anos de 1988/89 foi Pesquisador do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1989 e em 1991/92 foi Assessor econômico da Fundação José Bonifácio - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1986/87 foi Secretário-adjunto para Preços Industriais da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda.

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO

Doutor e Pós-graduado em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), tendo cursado Desenvolvimento no Exterior – Insead – Institut Européen d’Administration des Affaires. Atuou no Grupo Pão de Açúcar durante 11 anos passando pelas funções de diretor executivo da companhia, diretor administrativo financeiro e, por dois anos e meio, diretor presidente, até deixar o cargo em 2005. Entre 2005 e 2010 foi membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da B2W. Entre 2016 e 2020 foi Presidente do Conselho de Administração da BR Distribuidora. Foi conselheiro de Administração da empresa JSL S.A.. É Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2015.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/001-53

ALEXANDRE LOPES DIAS

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP em 1994, com especialização em Administração pela EAESP/FGV – Fundação Getúlio Vargas em 1998, tendo cursado um MBA em Varejo pela FIA/FEA/USP em 2000 e MBA em Finanças pelo Insper em 2012. No período entre 1991 e 1999, foi gerente de loja e gerente geral de operações na Dias Pastorinho S/A Com. e Ind.; entre 1999 e 2003 atuou na Center Norte S/A, na área de Marketing dos Shoppings Center Norte e Lar Center; entre 2003 e 2006 atuou como gerente geral na Dias Pastorinho S/A Com. e Ind.; e no período entre 2006 e 2007 atuou como superintendente do Internacional Shopping Guarulhos e do Auto Shopping. Desde 2007 até 2017 foi Diretor de Marketing e relacionamento com o Varejo na Companhia, sendo no período de 2015 a 2017, Diretor Presidente da Companhia. É atualmente o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA

Graduado em Ciências Econômicas pela FEA/UFF em 1974, sendo Mestre em Economia pelo IE – Unicamp em 1980 e Doutor em Economia pela IE – Unicamp em 1994. Desde agosto 2007 é Consultor pelo IEDI – Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial e desde 1988 é Professor na IE/Unicamp. Em 2006 e 2007 foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pelo período de 1997 até 2006 foi Diretor-Executivo do IEDI – Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial. Em 1997, foi Consultor do BNDES e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) /IPEA, sendo em 1990 e 1991 Consultor da Petrobrás; e em 1986 e 1987 foi Membro do Conselho Fiscal do BNDES e da Telebrás. É Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2019.

ANEXO C – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(conforme item 8 do formulário de referência da RCVM 80/22)

8.1. Política ou Prática de Remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa prática de remuneração tem por objetivo a atração e retenção dos melhores talentos para atuação na Companhia, considerando as melhores práticas de governança corporativa e o porte da Companhia e práticas de mercado. Não há política de remuneração formalmente aprovada no âmbito da Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Com base nas informações levantadas e orçamentos propostos, membros da Diretoria e do Conselho de Administração avaliam eventuais alterações ou ajustes à prática vigente na Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São utilizados bancos de dados ou pesquisas de consultorias de recursos humanos especializadas, comparando-se ao adotado por empresas comparáveis ao porte e segmento de atividade da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, ao se atualizar o correspondente orçamento de remuneração da Administração e seus componentes, reavalia-se a prática junto aos administradores contratados ou esperados para a Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e variável.

Diretoria Estatutária: Os membros da Diretoria estatutária fazem jus à remuneração fixa e variável.

Conselho Fiscal: Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa.

A política salarial procura estabelecer salários competitivos que permitam atrair, reter e motivar os administradores, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos a curto, médio e longo prazo. Ela incentiva os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos, operações e projetos desenvolvidos pela Companhia.

- sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais;

2022

Função	Pró Labore/ Salário	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho Fiscal	100,0%	-	-	100%
Conselho de Administração	86,3%	-	13,7%	100%
Diretoria Executiva	81,8%	-	18,2%	100%

2023

Função	Pró Labore/ Salário	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Conselho de Administração	80,0%	-	20,0%	100%
Diretoria Executiva	73,8%	-	26,2%	100%

2024

Função	Pró Labore/ Salário	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho Fiscal	-	-	-	-

Conselho de Administração	80,6%	-	19,4%	100%
Diretoria Executiva	71,7%	-	28,3%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste;

Os valores de remuneração pagos por nós aos nossos administradores são comparados periodicamente com o mercado através de pesquisas realizadas junto a consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade e eventuais ajustes.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG;

A remuneração variável está atrelada diretamente ao resultado operacional e financeiro apurado a cada exercício.

- ii. razões que justificam a composição da remuneração; e

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria de nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

- iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não temos nenhum membro não remunerado no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, são remunerados pela Companhia, enquanto seus diretores são remunerados por empresas controladas pela Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário

Não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2. Remuneração total por órgão

2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	4,00	1,25	13,25
Número de Membros Remunerados	8,00	4,00	1,25	13,25
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.104.702,28	R\$ 2.668.659,28	R\$ 75.000,00	R\$ 4.863.361,56
Salário / Pró-labore	R\$ 1.768.000,00	R\$ 2.106.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 3.949.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 336.702,28	R\$ 562.659,28	R\$ 0,00	R\$ 899.361,56
Participações em comitês	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Remuneração Variável	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bônus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação de resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação em reuniões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comissões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pós-emprego	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessação do cargo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Baseada em ações, incluindo opções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	R\$ 2.104.702,28	R\$ 2.668.659,28	R\$ 90.000,00	R\$ 4.863.361,56

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	4,00	0,00	12,00
Número de Membros Remunerados	8,00	4,00	0,00	12,00
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.209.926,00	R\$ 2.852.054,00	R\$ 0,00	R\$ 5.061.980,00

Salário / Pró-labore	R\$ 1.768.000,00	R\$ 2.106.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.874.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 441.926,00	R\$ 746.054,00	R\$ 0,00	R\$ 1.187.980,00
Participações em comitês	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Remuneração Variável	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bônus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação de resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação em reuniões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comissões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pós-emprego	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessação do cargo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Baseada em ações, incluindo opções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observações	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	R\$ 2.209.926,00	R\$ 2.852.054,00	-	R\$ 5.061.980,00

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	3,33	0,00	11,33
Número de Membros Remunerados	8,00	3,33	0,00	11,33
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.193.182,00	R\$ 2.449.112,00	R\$ 0,00	R\$ 4.642.294,00
Salário / Pró-labore	R\$ 1.768.000,00	R\$ 1.757.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.525.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 425.182,00	R\$ 692.112,00	R\$ 0,00	R\$ 1.117.294,00
Participações em comitês	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Remuneração Variável	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bônus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação de resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Participação em reuniões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comissões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pós-emprego	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessação do cargo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Baseada em ações, incluindo opções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observações	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	R\$ 2.193.182,00	R\$ 2.449.112,00	R\$ 0,00	R\$ 4.642.294,00

2025 (Prevista)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Número de Membros Remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.882.000,00	R\$ 5.332.000,00	R\$ 324.000,00	R\$ 8.538.000,00
Salário / Pró-labore	R\$ 2.280.000,00	R\$ 4.432.000,00	R\$ 324.000,00	R\$ 7.036.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 602.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.502.000,00
Participações em comitês	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Remuneração Variável	R\$ 360.000,00	R\$ 4.432.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.792.000,00
Bônus	R\$ 360.000,00	R\$ 4.432.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.792.000,00
Participação de resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação em reuniões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comissões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pós-emprego	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessação do cargo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Baseada em ações, incluindo opções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observações	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	R\$ 3.242.000,00	R\$ 9.764.000,00	R\$ 324.000,00	R\$ 13.330.000,00

8.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	4,00	1,25	13,25
Número de Membros Remunerados	8,00	4,00	1,25	13,25
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 360.000,00	R\$ 4.582.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.942.000,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Em relação a participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	4,00	0,00	12,00
Número de Membros Remunerados	8,00	4,00	0,00	12,00
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 360.000,00	R\$ 4.582.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.942.000,00

Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Em relação a participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2024

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	3,33	0,00	11,33
Número de Membros Remunerados	8,00	3,33	0,00	11,33
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 360.000,00	R\$ 4.432.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.792.000,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Em relação a participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2025(Previsto)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Número de Membros Remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 360.000,00	R\$ 4.432.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.792.000,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Em relação a participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

(a) termos e condições gerais.

O Conselho de Administração da Companhia definirá os administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas que farão jus ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Beneficiários” e “Plano”, respectivamente), o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, o preço de exercício, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Plano, fixando os termos e as condições de cada opção nos respectivos Contratos, a serem celebrados entre a Companhia e cada Beneficiário.

O Contrato definirá o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições, de acordo com as diretrizes gerais do Plano.

Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas. Ao Beneficiário não são conferidos quaisquer direitos com respeito à manutenção de vínculo contratual com a Companhia e a outorga da opção no âmbito do Plano não interferirá, de qualquer modo, com os direitos de a Companhia interromper a qualquer tempo o contrato de serviço com o Beneficiário.

A partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações resultantes do exercício das opções e, ultrapassado o período de restrições à transferência das mesmas, se for o caso, o Beneficiário terá todos os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista previstos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

(b) data de aprovação e órgão responsável.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012, foram aprovadas pelos acionistas da Companhia as diretrizes e condições gerais para estruturação e implementação do Plano para os Beneficiários.

(c) número máximo de ações abrangidas.

A outorga de opções com base no Plano deverá respeitar sempre o limite máximo de 7% (sete por cento) do total de ações do capital social da Companhia, computando-se nesse cálculo todas as ações objeto das opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas.

Vide item 8.4(c) acima.

(e) condições de aquisição de ações.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração por ocasião da outorga das opções, o exercício da opção outorgada nos termos do Plano ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes períodos de carência (“Vestings”):

(a) 10% (dez por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 (doze) meses a contar da Data da Outorga;

(b) 15% (quinze por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Outorga;

(c) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data da Outorga;

(d) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 (quarenta e oito) meses a contar da Data da Outorga; e

(e) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 (sessenta) meses a contar da Data da Outorga.

Para os efeitos do Plano, considera-se “Data da Outorga” a data de assinatura de cada Contrato.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério (“Preço de Exercício”).

O Conselho de Administração poderá determinar nos respectivos contratos de opção que o Preço de Exercício seja acrescido de correção monetária calculada com base na variação de um índice de preços a ser determinado nos respectivos contratos de opção.

(g) critérios para fixação do prazo de exercício.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem vinculados como administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas, conforme o caso, após decurso do seu respectivo prazo de carência, conforme item 8.4(h), desta Proposta.

Ressalvados os casos de dispensa sem Justa Causa, falecimento, pedido de demissão do Beneficiário, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário, caso as opções não sejam exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses após a data do cumprimento de cada um dos *Vestings* referidos no item 8.4(h), desta Proposta, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, observado o disposto no Plano.

(h) forma de liquidação.

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações de emissão da Companhia. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria.

(i) restrições à transferência das ações.

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, estabelecer eventuais restrições à transferência das ações resultantes do exercício das opções.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

Suspensão: Não há previsão de suspensão do Plano.

Alteração:

(i) Os *Vestings* poderão ser antecipados, a critério do Conselho de Administração da Companhia, nas hipóteses de mudança de Controle da Companhia, tendo “Controle” o significado disposto no artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

(ii) O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto no Plano, prorrogar, mas nunca reduzir, o prazo final fixado nos respectivos Contratos para o exercício das opções vigentes, exceto conforme permitido no Plano.

Extinção do Plano: Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (quando cabível), estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

Extinção das Opções:

(i) Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, no caso de dispensa por Justa Causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o *Vesting*.

(ii) Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do Beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário, serão observadas as seguintes disposições:

(a) caso já tenha(m) sido cumprido(s) integralmente o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, poderá(ão) exercer a(s) opção(ões) no prazo de 30 (trinta) dias contado do respectivo evento; e

(b) caso não tenha(m) sido cumprido(s) o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, perderá(ão) o direito de exercer a(s) opção(ões) sem nenhuma indenização.

O prazo previsto no item “ii.a” acima não será aplicável aos Beneficiários membros do Conselho de Administração que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no prazo de até 2 (dois) anos após o término de seu mandato.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

No caso de dispensa por Justa Causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o *Vesting*, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração da Companhia.

Nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do Beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário, serão observadas as seguintes disposições, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração: (a) caso já tenha(m) sido cumprido(s)

integralmente o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, poderá(ão) exercer a(s) opção(ões) no prazo de 30 (trinta) dias contado do respectivo evento; e (b) caso não tenha(m) sido cumprido(s) o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, perderá(ão) o direito de exercer a(s) opção(ões) sem nenhuma indenização.

O prazo previsto no item “a” acima não será aplicável aos Beneficiários membros do Conselho de Administração que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no prazo de até 2 (dois) anos após o término de seu mandato.

Para os efeitos do Plano, considera-se “Justa Causa” a violação a deveres e responsabilidades previstos na legislação aplicável, no Estatuto Social da Companhia, no Plano e no Contrato, bem como os previstos na legislação trabalhista, na hipótese do Beneficiário ser empregado.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Em 2012 tivemos a criação do plano de outorga de opção de compra de ações conforme descrito no item 8.4, mas até o momento não foi realizada nenhuma outorga de opções de compra de ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Em 2012 tivemos a criação do plano de outorga de opção de compra de ações conforme descrito no item 8.4, mas até o momento não foi realizada nenhuma outorga de opções de compra de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária, ao final do último exercício social.

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Em 2012 tivemos a criação do plano de outorga de opção de compra de ações conforme descrito no item 8.4, mas até o momento não foi outorgada nenhuma opção de compra de ações. Nesse sentido, não há opções em aberto.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Em 2012 tivemos a criação do plano de outorga de opção de compra de ações conforme descrito no item 8.4, mas até o momento não foi outorgada nenhuma opção de compra de ações, portanto não existe nenhuma opção exercida.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Até o momento não foi realizada remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Até o momento não foi realizada remuneração baseada em ações sob a forma de outorga de ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Até o momento não houve outorga de ações, portanto nenhuma ação foi entregue relativo à remuneração baseada em ações sob a forma de outorga de ações.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Não temos informações adicionais para esses itens, uma vez que não foram divulgados dados nos itens 8.5 a 8.11.

8.13. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
General Shopping e Outlets do Brasil S.A	447.003	7	-
Golf Participações Ltda	1.634.190	-	-
ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda	1	-	-
Ardan Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Ast Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Atlas Participações Ltda	1	-	-
Bac Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Babi Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Bail Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Bavi Administradora e Incorporadora S.A	1	-	-
BOT Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A	2	-	-
BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Bud Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Dan Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda	1	-	-
Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda	1	-	-
FAT Empreendimentos e Participações S/A	1	-	-
FIPARK Estacionamentos Ltda	1	-	-
GS Park Estacionamentos Ltda	1	-	-
Geninvest Participações S/A	*		
Gen Biud S/A	*		
Genpag Gestão e Serviços S/A	*		
Genplus S/A	*		
Genpromo Gestão de Campanha Promocional S/A	*		
General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda	1	-	-
I Park Estacionamentos Ltda	1	-	-
Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda	1	-	-
Jauá Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Levian Participações e Empreendimentos S.A	2	-	-
Loa Administradora e Incorporadora S.A	1	-	-
MAI Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Manzanha Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda	*	-	-

POL Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Rumb Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Sale Empreendimentos e Participações Ltda	1	-	-
Securis Administradora e Incorporadora S.A	4	-	-
Tela Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Tequs Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Uniplaza Empreendimentos Participações e Administração de Centros de Compras Ltda	1	-	-
Vide Serviços e Participações Ltda	1	-	-
Vul Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-
Wass Comércio e Serviços de Águas Ltda	1	-	-
Zuz Administradora e Incorporadora Ltda	1	-	-

(*) Participação Indireta

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável à Companhia em razão da inexistência de planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

8.15. Remuneração máxima, mínima e média

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	3,33	4	4	8	8	8	0	0	1,25
Nº de membros remunerados	3,33	4	4	8	8	8	0	0	1,25
Valor da maior remuneração individual	R\$ 714.042,79	R\$ 734.182,87	R\$ 792.247,93	R\$ 402.042,79	R\$ 416.744,14	R\$ 415.080,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00
Valor da menor remuneração individual	R\$ 663.723,35	R\$ 673.892,14	R\$ 734.832,76	R\$ 221.000,00	R\$ 221.000,00	R\$ 265.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00
Valor médio da remuneração individual	R\$ 696.936,41	R\$ 713.013,55	R\$ 772.464,82	R\$ 274.147,76	R\$ 276.240,76	R\$ 307.287,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00

8.16. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia não tem arranjos, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicação do percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2025 (Previsão)	2024	2023	2022
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho de Administração	14,1%	14,1%	14,4%	13,8%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicação dos valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

O escritório de arquitetura de que Antonio Dias Neto é sócio pode prestar serviços de arquitetura a nossos Shopping Centers e, nos exercícios de 2022 a 2024, tais serviços somaram pagamentos no montante de R\$1,5 milhões.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável à Companhia em razão da inexistência de valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

8.20. Outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.